

**PORTARIA TRE Nº 18, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao terceiro quadrimestre de 2020.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre de 2020, constante do Anexo desta Portaria.

**Des ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO**

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>
	LIQUIDADAS													
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	59.005.471,12	43.970.960,39	44.891.523,93	45.308.691,54	45.507.060,27	45.045.137,35	45.018.579,21	45.173.042,95	45.247.247,99	48.921.574,70	76.033.926,62	60.137.515,10	604.260.731,17	10.570.405,10
<b>Pessoal Ativo</b>	45.570.567,00	35.075.196,32	35.973.609,18	36.338.829,42	36.588.636,48	36.113.799,98	36.111.498,36	36.193.413,61	36.309.513,95	39.981.753,11	62.655.044,13	51.246.604,05	488.158.465,59	10.517.405,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.626.702,55	30.124.045,12	29.844.784,86	30.201.454,05	30.454.878,87	29.980.426,35	29.958.900,79	30.067.814,42	30.139.347,71	33.803.979,73	50.334.285,60	44.954.995,13	410.491.615,18	10.413.640,59
Obrigações Patronais	4.943.864,45	4.951.151,20	6.128.824,32	6.137.375,37	6.133.757,61	6.133.373,63	6.152.597,57	6.125.599,19	6.170.166,24	6.177.773,38	12.320.758,53	6.291.608,92	77.666.850,41	103.764,51
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	8.918.423,79	8.931.337,37	8.907.080,85	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.378.882,49	8.890.911,05	116.102.265,58	53.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.747.898,36	7.179.831,85	7.188.311,15	7.236.154,31	7.184.715,98	7.159.848,74	7.140.109,55	7.175.380,12	7.157.139,79	7.159.227,34	10.752.413,34	7.114.119,03	93.195.149,56	17.000,00
Pensões	2.687.005,76	1.715.932,22	1.729.603,60	1.733.707,81	1.733.707,81	1.771.488,63	1.766.971,30	1.804.249,22	1.780.594,25	1.780.594,25	2.626.469,15	1.776.792,02	22.907.116,02	36.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>	13.434.904,12	8.898.769,85	8.917.914,75	9.007.780,98	8.964.567,43	8.931.337,37	9.060.689,67	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.382.792,77	5.322.424,35	112.778.366,26	53.000,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	3.005,78	-	37.918,86	46.143,64	-	153.608,82	-	-	-	3.910,28	49.361,18	293.948,56	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	8.918.423,79	8.931.337,37	8.907.080,85	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.378.882,49	5.273.063,17	112.484.417,70	53.000,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>45.570.567,00</b>	<b>35.072.190,54</b>	<b>35.973.609,18</b>	<b>36.300.910,56</b>	<b>36.542.492,84</b>	<b>36.113.799,98</b>	<b>35.957.889,54</b>	<b>36.193.413,61</b>	<b>36.309.513,95</b>	<b>39.981.753,11</b>	<b>62.651.133,85</b>	<b>54.815.090,75</b>	<b>491.482.364,91</b>	<b>10.517.405,10</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	651.943.266.031,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	501.999.770,01	0,077001
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	495.313.896,37	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	470.548.201,55	0,072176
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	445.782.506,73	0,068378

**FONTE:** SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 11/01/2021, 09h26min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

**Notas:** 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração foram realizadas apenas neste quadrimestre. Por esse motivo, podem existir atualizações de valores publicados nos demonstrativos do 1º e 2º quadrimestres de 2020 (Jan/20 a Ago/20).

3. Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 660 de 22 de janeiro de 2021 (DOU Edição nº 15-A, Seção 1, Extra A, p.1 a 3).

4. A despesa com pessoal se manteve estável nos últimos três quadrimestres, com aumento de 3,10% no último período de 2020 em razão dos gastos com a realização das Eleições 2020. No entanto, a Receita Corrente Líquida sofreu redução de 25,84% quando comparados os valores do 3º e 1º quadrimestres de 2020. Com isso, houve a extrapolação do limite máximo estabelecido pela LRF (VI). Nesses casos, o Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª Edição, pág. 504 a 507, itens 040003 e 040004 recomenda a recondução dos valores aos limites legais permitidos no decorrer dos próximos dois quadrimestres.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO  
 ACÓRDÃO 553/2017 – TCU – PLENÁRIO. ITEM 9.4**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

				R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				614.831.136,27	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				112.831.366,26	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				501.999.770,01	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,077001%	
				% DA RCL	VALOR
<b>LIMITE MÁXIMO</b>	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	496.728.613,25
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	496.233.136,37
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	495.313.896,37
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015/ \3			-	-

**FONTE:** SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 11/01/2021, 09h26min.

Nota: 1) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 660 de 22 de janeiro de 2021.

2) A despesa com pessoal se manteve estável nos últimos três quadrimestres, com aumento de 3,10% no último período de 2020 em razão dos gastos com a realização das Eleições 2020. No entanto, a Receita Corrente Líquida sofreu redução de 25,84% quando comparados os valores do 3º e 1º quadrimestres de 2020. Com isso, houve a extrapolação do limite máximo estabelecido pela LRF. Nesses casos, o Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª Edição, pág. 504 a 507, itens 040003 e 040004 recomenda a recondução dos valores aos limites legais permitidos no decorrer dos próximos dois quadrimestres.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

R\$ 1,00

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea “a”)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)		(h)=(f-g)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>20.851.091,73</b>	<b>33.116,29</b>	<b>142.485,29</b>	<b>22.754,77</b>	-	<b>20.652.735,38</b>	<b>20.652.735,38</b>	-	-
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>20.851.091,73</b>	<b>33.116,29</b>	<b>142.485,29</b>	<b>22.754,77</b>	-	<b>20.652.735,38</b>	<b>20.652.735,38</b>	-	-
0100 – Recursos Ordinários	20.851.091,73	33.116,29	142.485,29	22.754,77	-	20.652.735,38	20.652.735,38	-	-
0300 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>4.075.436,21</b>	<b>3.667,93</b>	<b>40.579,29</b>	<b>780,00</b>	<b>57.485,42</b>	<b>3.972.923,57</b>	<b>707.786,99</b>	-	<b>3.265.136,58</b>
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>53.000,00</b>	-	-	-	-	<b>53.000,00</b>	<b>53.000,00</b>	-	-
0156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	53.000,00	-	-	-	-	53.000,00	53.000,00	-	-
0169 – Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recursos de Operações de Crédito</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 – Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros Recursos Vinculados</b>	<b>4.022.436,21</b>	<b>3.667,93</b>	<b>40.579,29</b>	<b>780,00</b>	<b>57.485,42</b>	<b>3.919.923,57</b>	<b>654.786,99</b>	-	<b>3.265.136,58</b>
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	699.492,30	3.667,93	40.579,29	780,00	-	654.465,08	654.465,08	-	-
0150 – Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	3.265.136,58	-	-	-	-	3.265.136,58	-	-	3.265.136,58
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	321,91	-	-	-	-	321,91	321,91	-	-
0174 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 – Recursos Diversos	57.485,42	-	-	-	57.485,42	-	-	-	-
0350 – Recursos Não-fin. Diret. Arrec. – Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I)+(II)</b>	<b>24.926.527,94</b>	<b>36.784,22</b>	<b>183.064,58</b>	<b>23.534,77</b>	<b>57.485,42</b>	<b>24.625.658,95</b>	<b>21.360.522,37</b>	-	<b>3.265.136,58</b>

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 11/01/2021, 09h26min.

**Notas:**

- O modelo estabelecido na 10ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- Na coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 14.571.746,81.



UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	651.943.266.031,15	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	501.999.770,01	0,077001
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	495.313.896,37	0,075975
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	470.548.201,55	0,072176
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	445.782.506,73	0,068378
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	21.360.522,37	3.265.136,58

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 11/01/2021, 09h26min.

Nota: 1 A despesa com pessoal se manteve estável nos últimos três quadrimestres, com aumento de 3,10% no último período de 2020 em razão dos gastos com a realização das Eleições 2020. No entanto, a Receita Corrente Líquida sofreu redução de 25,84% quando comparados os valores do 3º e 1º quadrimestres de 2020. Com isso, houve a extrapolação do limite máximo estabelecido pela LRF. Nesses casos, o Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª Edição, pág. 504 a 507, itens 040003 e 040004 recomenda a recondução dos valores aos limites legais permitidos no decorrer dos próximos dois quadrimestres..

MARIA HELENA LOBÃO  
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria Substituta

ANA CAROLINA SILVA COSTA  
 Secretária de Orçamento e Finanças  
 Diretora-Geral Substituta

Des ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO  
 Presidente